

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	Folhas: 02
--	-----------------------	------------

<b>1. Identificação</b>			
<b>Data</b>	20/03/2023		
<b>Horário início</b>	14h	<b>Horário término</b>	15h
<b>Local</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)		
<b>Participantes</b>	Eliane de Fátima Chaves Bergamini, Andreia Gaudêncio Rauen Nardo, Araci Turchen Makohin (Secretaria de Assistência Social e Habitação); Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra); Clenice Borba Rodrigues, Joseane Gelowat, (Delegacia de Polícia Civil de Mafra); Giselle Alessandra Mehl Cordeiro (Clube Soroptimista Internacional de Rio Negro); Liliane da Silva Gomes da Rocha, Patrícia Gaio (Ordem dos Advogados do Brasil) Valéria Grossl Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde); Maike Sheila Tschoeke Steidel (CRESS 12ª Região Planalto Norte); Celina Dittrich Vieira (Prefeitura Municipal).		

<b>2. Pauta</b>
Deliberações sobre a Casa Abrigo para Mulheres vítimas de violência doméstica.

<b>3. Discussão</b>
<p>No dia 20 do mês de março de 2023, às 14h, reuniram-se as conselheiras acima nomeadas e demais participantes convidadas, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para reunião extraordinária. A presidente Valéria Grossl Gonçalves abriu a reunião explicando a necessidade da convocação diante da informação de que o processo para construção da Casa Abrigo para abrigar mulheres vítimas de violência doméstica está paralisado, devido a retenção da verba. Valéria passou a palavra para a vice-prefeita Celina Dittrich Vieira, a qual fez um breve histórico da luta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra para a instalação da Casa Abrigo no município. Destacou que se trata de um sonho antigo do CMDIM, porém distante na época devido à falta de dinheiro e local. Que o projeto voltou para a pauta no ano de 2019, quando o delegado da Polícia Civil, Alan Pinheiro de Paula, disponibilizou o imóvel na Av. Prof. Frederico Heyse, que era usado como depósito da Delegacia. Lembrou que com o imóvel disponível, a Dr. Liliane da Silva Gomes da Rocha, representante da OAB no Conselho, contatou a deputada estadual Paulinha, a qual sempre apoiou as causas femininas, na tentativa de angariar verba para reforma da casa. Que ainda naquele ano, a referida deputada esteve em Mafra, em um evento na Universidade do Contestado, e foi aproveitado o ensejo para agendar uma reunião com ela e algumas representantes do Conselho. Celina recordou que de pronto a deputada se disponibilizou a conseguir uma verba para a reforma do imóvel e solicitou um projeto. Que em seguida foi realizada uma vistoria por engenheiros no imóvel e constatado que o mais indicado seria a demolição e a construção de uma nova casa. Que houve uma segunda reunião com a deputada no município de Bombinhas para tratar do assunto. Celina expôs que a Prefeitura de Mafra elaborou o projeto da</p>



Casa e abriu licitação para a sua construção, tendo inclusive a empresa ganhadora do certame já assinado o contrato. No entanto, devido à demora nos trâmites estaduais para liberação do imóvel cedido pela Polícia Civil, o Executivo decidiu, junto ao CMDIM, que disponibilizaria um imóvel da Prefeitura para não correr o risco de perder a verba parlamentar. Segundo a vice-prefeita, a verba já estava garantida, contudo, com a mudança do governo estadual neste ano de 2023, não houve parcelas liberadas. Pelo motivo exposto, Dra. Celina sugeriu que a OAB intervenha, solicitando uma reunião por meio da presidente da OAB Estadual, Cláudia Prudêncio com o Executivo Estadual. Propôs formar uma comitiva para se reunir com o governador do Estado e explicar a importância da Casa Abrigo para a região e desta forma obter a liberação do dinheiro para início da construção da obra. Liliane enfatizou que o projeto da Casa prevê o atendimento de vítimas da região – Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. A representante da Polícia Militar, Juliana K. Nasato, levantou a possibilidade de convidar representantes do Executivo dos demais municípios para formar a comitiva. Celina apontou que contatar os demais municípios poderia atrasar ainda mais todo o processo, o que foi concordado pelas demais conselheiras. A vice-prefeita mencionou a importância de todas as entidades que formam o Conselho na comitiva, mas destacou que é imprescindível a presença da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, representantes da OAB, da Polícia Militar e Polícia Civil. Sugeriu ainda que a reunião fosse marcada via ofício emitido pela OAB Estadual. Liliane também sugeriu que a reunião poderia ser intermediada pela deputada Paulinha, uma vez que se trata de verba parlamentar desta, e afirmou que entraria em contato. Patrícia Gaio (OAB) certificou que se necessário entrará em contato com a presidente da OAB Santa Catarina, Cláudia Prudêncio. As representantes da Polícia Civil, Clénice Borba Rodrigues e Joseane Gelowat, se comprometeram a levar a pauta para o delegado da DPCAMI e verificar a possibilidade de sua participação na Comitiva. Assim como a representante da Polícia Militar afirmou que averiguaria a possibilidade do comandante do 38ºBPM participar, ou solicitar a participação da comandante regional na reunião. Ficou ainda definido que as informações seguintes acerca do tratado serão compartilhadas e discutidas no grupo do aplicativo WhatsApp do CMDIM. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença das conselheiras e encerrou os trabalhos.

